



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1003599-85.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Conan Henrique Rodrigues Sabino**
 Requerido: **Renato Sabino**

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

- 1 Vistos
- 2 Trata-se de pedido de expedição de alvará judicial para levantamento de benefícios referentes ao PIS e ao FGTS, proposto por Conan Henrique Rodrigues Sabino, em razão do falecimento de seu pai, Renato Sabino (certidão de óbito às fls. 07).
- 3 Nos termos da Lei nº 6.858/1980, artigos 1º e 2º, serão pagos em quotas iguais aos dependentes habilitados perante a previdência social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, independentemente de inventário ou arrolamento, mediante alvará judicial, os: valores devidos pelos empregadores aos empregados; montantes das contas individuais do FGTS; montantes das contas individuais do PIS-PASEP; restituições de IRPF e outros tributos recolhidos por pessoa física. Sujeitam-se a mesma regra os saldos bancários, de cadernetas de poupança ou fundos de investimento até o valor de 500 OTNs, desde que não haja outros bens sujeitos a inventário.
- 4 A Lei nº 8.213/91, no artigo 112, contém regra idêntica no que diz respeito ao valor não recebido em vida pelo segurado, no âmbito da previdência social.
- 5 No caso dos autos, não há dependentes habilitados perante a previdência social (fls. 15).
- 6 O autor comprovou a condição de herdeiro do falecido, conforme certidões de nascimentos juntadas às fls. 06, bem como os documentos de fls. 07 e 16.
- 7 Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o levantamento dos saldos referentes às contas do PIS/PASEP e FGTS em nome do falecido.
- 8 Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora - observada à concessão dos benefícios da gratuidade - e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.
- 9 Expeçam-se os alvarás necessários, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome de **Conan Henrique Rodrigues Sabino** com prazo de 180 dias.
- 10 Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), fica anotado o trânsito em julgado na data da prolação desta sentença, dispensando-se o Cartório de emitir certidão.
- 11 Após a expedição, remeta-se ao arquivo.
- 12 P.I.

São Carlos, 18 de julho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**